

# Malan explica diferenças do Brasil e Equador

*Financistas têm debatido consequências da crise equatoriana na América Latina*

MONICA YANAKIEW

**W**ASHINGTON - O ministro da Fazenda, Pedro Malan, marcou ontem as diferenças entre o Brasil e o Equador, que pode reescalonar a sua dívida externa na terça-feira com o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e dos governos dos países ricos. "Espero que os mercados sejam capazes de perceber que cada caso é um caso", disse Malan.

O ministro falou durante palestra para empresários e banqueiros, reunidos no Congresso de Desenvolvimento Econômico Mundial, evento paralelo à reunião anual do FMI e do Banco Mundial (Bird), que começa hoje.

O Equador e as possíveis consequências de sua crise em outros países emergentes têm sido o centro de debates entre as instituições financeiras internacionais e o setor privado.

Os banqueiros estão comparando o Equador à Rússia. Quando o governo russo decretou moratória da dívida externa em agosto do ano passado, os investidores imediatamente lembraram dos calotes dos países latino-americanos na década de 80 e retiraram seus capitais dos países emergentes. Esse episódio desencadeou a crise no Brasil e desvalorização do real.

No caso do Equador, que diz não ter condições de pagar os

**M**INISTRO  
NEGA  
HIPÓTESE DE  
CALOTE



Wilson Pedrosa/AE

Malan: setor privado deve aderir voluntariamente à negociação

juros de sua dívida externa, a situação é outra. O FMI, o Bird e os governos dos países ricos estão dispostos a ajudar o pequeno país, desde que cumpra um programa de ajuste

fiscal e negocie com os bancos privados o reescalonamento dos juros sobre seus bônus.

Isso está sendo visto pelos banqueiros como um incentivo oficial a uma moratória equatoriana. E, segundo eles, uma atitude dessas poderá até salvar o Equador agora, mas prejudicará outros países, incluindo o Brasil, que têm bônus Brady.

A posição do FMI, do Bird e dos governos dos países ricos é outra: não querem mais arcar com todo o peso da crise e destinar recursos públicos para evitar perdas do setor privado.

Querem dividir as responsabilidades com os banqueiros.

Malan lembrou que o Brasil, quando negociou o pacote de ajuda financeira de US\$ 41,5 bilhões com o FMI, também pediu apoio aos bancos privados, mas preferiu convencer os banqueiros a cooperar de forma voluntária a contar com a pressão do Tesouro americano para obrigar-lhos a manter seus investimentos no País.

"Para nos, a participação do setor privado deve ser voluntária", disse Malan. Uma reestruturação imposta, acrescentou, "poderia ter efeito oposto no médio e no longo prazos". Mas cada caso é um caso, ressaltou Malan, e os perfis das dívidas dos países são todas diferentes. "Não se deve pensar que existe uma única solução para todos", disse Malan. E concluiu: "Não há qualquer possibilidade de que o Brasil faça um default nos seus Bradies".